



TERRORISMO E EXTREMISMO VIOLENTO EM CABO DELGADO

Violência expande-se, ajuda retira-se: O ataque a chiúre diante do colapso da resposta humanitária em Cabo Delgado



Introdução

O ataque perpetrado a partir da noite de 23 de Julho de 2025 ao posto administrativo de Mazeze, no distrito de Chiúre, em Cabo Delgado, representa um novo e alarmante capítulo no prolongado conflito armado que assola o norte de Moçambique desde 2017. As incursões em Micolene, Chiúre Velho e

Nantavo, com destruição de infraestruturas civis essenciais, como hospitais, escolas e comandos policiais, marcaram a emergência de uma nova vaga de deslocados internos, sobrecarregando ainda mais a vila-sede de Chiúre, que já carece de capacidades mínimas para acolher esta população em fuga.

O ataque, que se estendeu até à manhã do dia 24, representa um marco trágico que ilustra a reconfiguração do conflito, atingindo zonas anteriormente consideradas menos expostas.

O episódio ocorre num contexto de recuo acentuado da ajuda humanitária internacional, agravando uma crise que já era dramática. Em 2025, o Norwegian Refugee Council (NRC) classificou Moçambique como o terceiro país com a crise humanitária mais negligenciada do mundo, atrás apenas do Burkina Faso e da República Democrática do Congo¹. Este cenário de abandono coincide

com um aumento da violência armada e a retirada de mecanismos de protecção civil. Ao mesmo tempo, observa-se uma redução dramática na presença e no financiamento da ajuda humanitária, num momento em que esta é mais necessária.

Neste artigo, o CDD examina os antecedentes do ataque a Chiúre, descreve a gravidade do ocorrido, evidencia o colapso da resposta humanitária e propõe caminhos urgentes para uma resposta coordenada que priorize os direitos humanos, a presença estatal efectiva e a solidariedade internacional.

Ataque a Chiúre: Marco crítico na expansão do conflito e no colapso humanitário

Na madrugada de 23 para 24 de Julho de 2025, grupos extremistas violentos atacaram o distrito de Chiúre. As acções começaram na aldeia Micolene, estendendo-se para Chiúre Velho e Nantavo. Foram incendiados edifícios públicos, incluindo hospital, escola, comando distrital da polícia e a praça central, e registaram-se casos de rapto de jovens, dos quais apenas dois conseguiram escapar.

Este ataque gerou um movimento massivo de deslocação interna: centenas de famílias abandonaram as suas casas e dirigiram-se à vila de Chiúre, sede distrital, à procura de segurança. Contudo, a infraestrutura local colapsou perante a chegada súbita dessa população. Hospitais suspenderam os atendimentos, escolas encerraram e as instituições públicas foram abandonadas. Pacientes e estudantes fugiram em pânico,

num cenário de caos e insegurança.

O ataque a Chiúre reveste-se de especial gravidade por três factores:

- A extensão do conflito para o sul de Cabo Delgado, desmentindo a ideia de zonas de “baixa intensidade” e revelando uma nova fase de alastramento territorial da violência;
- A exposição da estratégia de segurança falhada, centrada exclusivamente na protecção dos megaprojectos de gás natural nas zonas costeiras, deixando vastas áreas do interior vulneráveis e abandonadas;
- A incapacidade do Estado e da comunidade internacional em dar resposta a crises humanitárias em rápida evolução, como o caso de Chiúre, que ocorreu sem qualquer sistema de acolhimento ou assistência de emergência.

Antecedentes do ataque: A crise já estava em curso

O ataque a Chiúre não foi um evento isolado ou inesperado. Dias antes, diversos sinais de agravamento da insegurança foram ignorados ou subestimados, demonstrando que a ofensiva insurgente já estava em expansão.

No dia 19 de Julho de 2025, uma ambulância do serviço distrital de saúde de Mueda foi atacada por homens armados entre Awasse e Macomia, conforme reportado pela DW África². Os ocu-

pantes foram obrigados a pagar resgates de 10 mil meticais cada para serem libertados. Medicamentos, dispositivos médicos e pertences pessoais foram saqueados. O ataque ocorreu numa das poucas estradas asfaltadas da região (N380), expondo a vulnerabilidade total das rotas logísticas, mesmo para veículos humanitários.

Simultaneamente, o ACNUR alertou que mais de 1.200 pessoas tinham fugido de Macomia

¹ https://www.nrc.no/feature/2025/the-worlds-most-neglected-displacement-crises-in-2024?_gl=1*1aawcdv*_gcl_au*MTg4MTExNzgyNC4xNzUzNTM5NDU3#group-section-Mozambique-ucjpTddmZ9

² <https://www.dw.com/pt-002/terroristas-atacam-ambulância-em-cabo-delgado-e-levam-medicamentos/a-73343305>

naquela semana, muitas delas deslocadas pela segunda ou terceira vez. Abrigadas em salas de aula e prédios abandonados, essas famílias enfrentam falta de alimentos, abrigo, protecção e acesso a documentação civil. O sistema de resposta humanitária está visivelmente saturado e sem capacidade de adaptação à escalada da violência³.

A retirada de escoltas militares em troços críticos também contribuiu para a escalada do

conflito. Segundo Mamudo Irache, presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado, citado pela DW, mais de 100 viaturas foram interceptadas por grupos armados em Julho, obrigando motoristas a pagar entre 200 mil e 350 mil meticais para circular. Esta ausência de controlo estatal sobre as vias de transporte tem prejudicado o sector económico e impede, ao mesmo tempo, que a pouca ajuda humanitária chegue às populações isoladas.

A Segurança selectiva e o abandono humanitário

Desde 2021, a resposta securitária do Estado moçambicano tem-se apoiado em acordos bilaterais com Ruanda e no apoio da SADC, que já abandonou a província, focando-se predominantemente nos distritos onde operam megaprojectos de exploração de gás natural. Esta segurança “à la carte” criou uma realidade assimétrica, com zonas economicamente estratégicas fortemente militarizadas, enquanto outras, como Chiúre, Meluco, Mueda ou Mecúfi, permanecem expostas.

O CDD alertou reiteradamente que essa estratégia alimenta um ciclo de insegurança, onde os extremistas violentos se reposicionam para atacar regiões menos vigiadas. A invasão da Reserva Especial do Niassa em Abril de 2025, a destruição de infraestruturas turísticas em Memba, e agora o ataque a Chiúre confirmam a expansão horizontal do conflito, desafiando as narrativas governamentais de “normalização”⁴.

A actual arquitectura de segurança falha em dois aspectos cruciais: a prevenção e a protecção da população civil. O foco na contenção militar não é acompanhado por um investimento proporcional em inteligência territorial, reforço das lideranças comunitárias ou reconstrução do Estado local. O resultado é um Estado ausente nas periferias e um vazio de autoridade prontamente ocupado pelos grupos armados.

Cabo Delgado vive uma das piores crises humanitárias da África Austral, com mais de 1 milhão de deslocados internos desde o início do conflito. A nova vaga provocada pelo ataque a Chiúre representa uma escalada desta tragédia, num momento

de visível retração da assistência internacional. Segundo o NRC, Moçambique é o terceiro país com a crise humanitária mais negligenciada em 2025, a seguir ao Burkina Faso e à República Democrática do Congo⁵.

Esta negligência reflecte-se tanto na queda dos fluxos financeiros para apoio humanitário, como na redução de actores presentes no terreno. A ausência de uma cobertura mediática contínua, aliada à falta de pressão diplomática sobre o governo moçambicano para assegurar um ambiente operacional para organizações humanitárias, contribui para este silêncio cúmplice.

O princípio da responsabilidade internacional de proteger (R2P) impõe à comunidade internacional a obrigação de intervir diplomaticamente, humanitariamente ou, em último caso, por meios coercivos, quando um Estado falha em proteger as suas populações de atrocidades em massa, incluindo deslocamentos forçados, violência extrema e colapso institucional. O que se observa em Cabo Delgado é precisamente esta falha estrutural do Estado, que requer uma resposta robusta e articulada dos actores multilaterais, bilaterais e da sociedade civil global.

As organizações que antes ofereciam apoio essencial (alimentos, saúde, abrigo) viram os seus financiamentos reduzidos ou suspensos. A presença física de agências internacionais também diminuiu, por razões de segurança, burocracia estatal e falta de visibilidade mediática.

O resultado é um cenário de abandono, em que o Estado não protege, a ajuda humanitária não chega e as comunidades enfrentam o conflito sozinhas.

³ *Idem*.

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/05/A-expansao-geografica-do-conflito-armado-em-Cabo-Delgado-e-a-reafirmacao-da-sua-dimensao-regional-o-caso-da-Reserva-Especial-do-Niassa.pdf>

⁵ https://www.nrc.no/feature/2025/the-worlds-most-neglected-displacement-crises-in-2024?_gl=1*1j6hvg5*_gcl_au*MTg4MTExNzgyNC4xNzUzNTM5NDU3#group-section-Mozambique-ucjpTddmZ9

Conclusão e caminhos a seguir

O ataque a Chiúre não pode ser tratado como um episódio periférico. Ele representa um ponto de viragem no conflito em Cabo Delgado. Atinge uma zona estratégica e populosa, rompe com padrões anteriores de violência concentrada no norte e demonstra o fracasso da actual arquitectura de segurança e de assistência internacional.

Neste contexto, o CDD apela a:

- Uma reconfiguração da resposta humanitária, com financiamento de emergência, acesso irrestrito às populações afectadas e reforço logístico no terreno;
- Uma estratégia de segurança que proteja civis e não apenas activos económicos, in-

cluindo a retoma imediata das escoltas militares nas principais vias;

- Reconhecimento da nova fase do conflito, com expansão para o sul de Cabo Delgado e para outras províncias, exigindo coordenação interprovincial e regional;
- Aumento da pressão internacional, com campanhas diplomáticas que reponham Cabo Delgado no radar humanitário e de segurança global;
- Investimento urgente na reconstrução do Estado local, com presença institucional efectiva, lideranças comunitárias capacitadas e serviços públicos reabilitados.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

